

Responsabilidade Social Corporativa: um Estudo sobre o Comportamento das Distribuidoras de Energia Elétrica da Região Nordeste

Autoras

MÁRCIA DE LUCA

Universidade Federal do Ceará

MARCELLE COLARES OLIVEIRA

Universidade de Fortaleza

SANDRA MARIA DOS SANTOS

Universidade Estadual do Ceará

DÉBORA RODRIGUES PINHO

Faculdades Integradas do Ceará

Resumo

Este trabalho tem como objetivo geral investigar o comportamento das organizações distribuidoras de energia elétrica da região Nordeste, privatizadas a partir de meados da década de 90, com mais de 400.000 consumidores, reguladas pela ANEEL e filiadas à ABRADEE, no âmbito da responsabilidade social corporativa. Como objetivos específicos, pretende-se analisar as teorias que cercam e justificam a Responsabilidade Social Corporativa (RSC), partindo do confronto entre a Teoria da Maximização da Riqueza dos Acionistas e a Teoria dos *Stakeholders*; analisar a Contabilidade como instrumento de evidenciação e *accountability* da RSC; apresentar os aspectos legais e institucionais do setor elétrico brasileiro; e analisar indicadores de RSC das empresas distribuidoras de energia elétrica da região Nordeste. Trata-se de estudo exploratório de natureza qualitativa, em que se utilizou pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e multicaso. O estudo compreende a análise de indicadores extraídos dos demonstrativos contábeis não-obrigatórios Balanço Social e Demonstração do Valor Adicionado, publicados pelas empresas pesquisadas referentes aos anos de 2002 a 2004. Os resultados da pesquisa evidenciam que as empresas não apresentam uniformidade nos investimentos entre os três grupos de indicadores analisados: internos, externos e ambientais.

Introdução

A economia mundial vem passando por uma constante evolução cujas maiores características observadas têm sido a internacionalização de negócios com a integração de mercados, a quebra de barreiras comerciais e ainda a redução significativa das distâncias culturais e geográficas. Em decorrência, as empresas, além de estarem sendo forçadas a uma maior competitividade e produtividade, passam a ter que alinhar esse comportamento às demandas da sociedade. Tal mudança decorre de novos conceitos econômicos que vêm sobrepujar conceitos clássicos de que as empresas devem apenas gerar lucros para seus proprietários.

Dessa forma, as organizações têm passado a interferir, cada dia mais, na realidade social, cultural e ambiental das localidades onde estão inseridas, pois o Governo, apesar de ser o principal agente responsável por tais questões, não possui condições de, sozinho, melhorar a atual situação. Essa interferência pode ser realizada através da implantação de creches, treinamento profissional, educação, medicina preventiva, proteção ao meio ambiente, entre outros projetos desenvolvidos para seus empregados e a comunidade em geral.

As empresas do setor elétrico do Nordeste brasileiro têm passado por inúmeras transformações advindas com a globalização dos mercados, ocasionadas, principalmente, a partir do início da década de 90, com as privatizações, viabilizadas pela Lei nº 8.031 que criou o Programa Nacional de Desestatização – PND, sancionada em 1990.

A partir das privatizações, com a origem da Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL, órgão regulador e fiscalizador das atividades do setor elétrico, as empresas do setor foram impulsionadas a atuar de forma mais homogênea, inclusive no âmbito da responsabilidade social. Outro fator que tem impulsionado a responsabilidade social nas empresas desse setor é a atuação da Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica - ABRADDEE, que tem realizado anualmente o Prêmio ABRADDEE, em que as empresas distribuidoras de energia elétricas são avaliadas, inclusive nesse quesito.

O Brasil, como um país possuidor de desigualdades regionais acentuadas, tem, nas empresas do Setor Elétrico, localizadas na região Nordeste, organizações que desempenham papel extremamente relevante no desenvolvimento sustentável da região. As entidades, pertencentes ao setor elétrico, estão inseridas em um contexto social e ambiental de onde são extraídos recursos necessários à realização de suas atividades econômicas (insumos, mão-de-obra, infra-estrutura) e, ao realizarem seus serviços, acabam promovendo mudanças sociais, culturais, ambientais e econômicas nas comunidades onde estão inseridas. A transparência nas relações entre empresas e *stakeholders* e a divulgação de informações, para que seja possível a avaliação do desempenho das atividades dessas organizações na sociedade, tornaram-se imprescindíveis.

Nesse contexto, a Contabilidade passa a ter papel, cada vez mais relevante, nas relações sociais, materializando-se através da amplitude das informações contidas no Balanço Social e na Demonstração do Valor Adicionado - DVA, instrumentos que viabilizam a análise, por parte da sociedade, do comportamento das organizações em face às necessidades de fazer e agir pelo social, junto às comunidades das quais participam.

Diante das carências socioeconômicas da região Nordeste e da importância da atuação das empresas distribuidoras de energia elétrica no Nordeste, para a melhoria do bem-estar na região, pois, embora sejam de capital privado, prestam serviços de natureza pública em uma região onde se verificam os maiores índices de pobreza e de concentração de renda do país quando comparada às demais regiões do Brasil, há uma questão a ser investigada nesse estudo: Qual o comportamento das distribuidoras de energia elétrica da região Nordeste no âmbito da Responsabilidade Social Corporativa?

Este trabalho tem como objetivo geral investigar o comportamento das organizações distribuidoras de energia elétrica da região Nordeste no âmbito da Responsabilidade Social Corporativa.

Como objetivos específicos, pretende-se:

- analisar as teorias que cercam e justificam a Responsabilidade Social Corporativa (RSC);
- analisar a Contabilidade como instrumento de evidênciação e *accountability* da RSC;
- apresentar os aspectos legais e institucionais do setor elétrico brasileiro; e
- analisar indicadores de RSC das empresas distribuidoras de energia elétrica da região Nordeste.

1. Uma Discussão sobre a Teoria da Maximização da Riqueza dos Acionistas e a Teoria dos *Stakeholders*

O tema responsabilidade social corporativa tem gerado, nos últimos anos, algumas discussões. Isso decorre de alguns estudiosos apresentarem distintos conceitos para a amplitude dos objetivos a serem alcançados por uma organização.

Alguns estudiosos acreditam que o objetivo maior de uma organização é o de gerar lucros para os acionistas e que ações que não atendam a esse objetivo não precisam ser realizadas. Se forem realizadas, considera-se uma violação das obrigações morais dos dirigentes da organização. Esta premissa segue a *Teoria da Maximização da Riqueza dos Acionistas*.

Para Friedman (*apud* ASHLEY, 2002), articulador contrário à responsabilidade social praticada pelas empresas, a única responsabilidade que a empresa tem é conseguir lucros, otimizando o uso de recursos organizacionais e, conseqüentemente, aumentando o retorno do capital para os acionistas. A empresa é responsável socialmente, quando, ao gerar empregos, paga salários justos, oferece condições de trabalho adequadas e promove o bem-estar à sociedade através do pagamento de impostos ao governo.

Tal argumento é corroborado por Brealey e Myers (2003, *apud* SILVEIRA, 2004), ao afirmarem que o gestor deve agir em interesse dos proprietários, que, por sua vez, têm por objetivo maximizar sua própria riqueza.

A partir da análise da *Teoria da Maximização da Riqueza dos Acionistas*, depreende-se que cabe aos executivos das empresas tomarem decisões primordialmente em favor dos acionistas, não devendo, portanto, buscar o equilíbrio de interesses de todos os *stakeholders* envolvidos. Ao se posicionarem de forma contrária, os executivos estarão lesando os acionistas e não cumprindo com o objetivo de gerar lucros.

Para Sundaram e Inkpen (2001, *apud* SILVEIRA, 2004), ao maximizar o valor para os acionistas, todo o valor da empresa é maximizado, o que favorece todos os *stakeholders*, pela maximização da possibilidade de sobrevivência da empresa.

Embora considere todos os *stakeholders* importantes para a atividade da empresa, a *Teoria da Maximização da Riqueza dos Acionistas* tem como pressuposto a maximização dos resultados pelas empresas aos acionistas, antes de atender a qualquer outro *stakeholder*.

Segundo Borger (2001), o que os defensores dessa teoria negam é a idéia de que as empresas são moralmente obrigadas a agir ou deixar de agir em decorrência dos impactos das ações nesses grupos de interesse.

A abordagem da *Teoria da Maximização da Riqueza dos Acionistas*, no entanto, é contraposta pela *Teoria dos Stakeholders*.

De acordo com Marens e Wicks (2000, *apud* MACHADO FILHO, 2002) o primeiro estudioso a abordar a Teoria dos *Stakeholders*, de forma explícita, foi Eduard Freeman, na obra *The Politics of Stakeholder Theory: Some Future Directions*.

De acordo com Machado Filho (2002), no modelo de gestão baseado na *Teoria dos Stakeholders*, ao serem alocados recursos na organização, é necessário que sejam considerados os impactos dessa alocação em diversos grupos de interesse dentro e fora da organização.

Este modelo estabelece, portanto, que as organizações são moralmente obrigadas a atuar conforme os impactos que podem ser gerados em todos os seus públicos de interesse, além dos resultados finais de suas atividades terem que levar em consideração retornos que otimizem os resultados de todos os *stakeholders* e não apenas dos acionistas e dos proprietários. Trata-se de uma abordagem ética da Responsabilidade Social Corporativa.

Segundo Ashley (2002), o enfoque ético da responsabilidade social corporativa é resultado de princípios religiosos e de normas sociais predominantes na sociedade. Incorpora,

portanto, idéias morais e éticas sob um enfoque normativo, ou seja, todas as organizações devem seguir.

Crítico à teoria de Freeman, Jensen (2000, *apud* MACHADO FILHO, 2002, p. 97) sustenta que “os múltiplos objetivos da ‘teoria dos *stakeholders*’ são, na verdade, estratégias, e a criação de valor o principal objetivo a ser seguido como referência”.

Sternberg (1999, *apud* MACHADO FILHO, 2002) também critica a teoria, seguindo a mesma linha de pensamento de Jensen, ao afirmar que a teoria acaba mascarando a possibilidade de avaliação da administração, pois os gestores podem, através dos diversos objetivos a que se propõe a organização, justificar tomadas de decisão que não sejam a maximização do valor da empresa para os acionistas e proprietários.

Segundo Machado Filho (2002, p. 97), embora critiquem a *Teoria dos Stakeholders*, Jensen e Sternberg não se posicionam, a princípio, de forma contrária à realização de ações de responsabilidade social por parte das organizações e sugerem ainda que as mesmas podem, estrategicamente, ser úteis na busca de valor por parte das mesmas.

Depreende-se, portanto, que as organizações podem gerar lucros para seus acionistas e proprietários e ainda utilizar a responsabilidade social como um instrumento de união dos interesses de seus *stakeholders*, na busca da maximização de seus valores no mercado.

Ao tratar-se de *stakeholders*, contudo, assim como ocorrem entre as teorias do acionista e dos *stakeholders*, discussões ainda cercam alguns estudiosos e gestores sobre quem são ou como definir os *stakeholders* de uma organização.

Para Freeman (*apud* BORENSTEIN, 1996), *stakeholder* é qualquer indivíduo ou grupo que pode afetar o alcance de objetivos da entidade ou ser afetado por ele. Os *stakeholders* de uma organização, conforme Freeman, são proprietários, fornecedores, gestores, comunidade local, clientes e funcionários.

De acordo com a maneira com que são estabelecidos os direitos sobre os recursos organizacionais, Freeman (1984, *apud* MACHADO FILHO, 2002) propõe ainda a divisão dos *stakeholders* em dois grupos, conforme Quadro 1:

Classificação	Stakeholders	Critério de Classificação
Primários	Acionistas e Credores	São aqueles que possuem direitos legais sobre os recursos organizacionais bem estabelecidos
Secundários	Comunidade, funcionários, consumidores, entre outros	São aqueles cujo direito sobre os recursos organizacionais é menos estabelecido em lei ou é baseado em critérios de lealdade ou em obrigações éticas.

Quadro 1- Classificação de *stakeholders*, conforme Freeman.

Fonte: Adaptado de Machado Filho (2002, p. 91)

Observa-se, a partir do Quadro 1, que Freeman, embora considere, em sua teoria, que os interesses de todos os *stakeholders* devam ser considerados, apresenta uma ordem de prioridade ao dividi-los em primários e secundários.

O modelo, contudo, não inclui competidores e governo, porém Fombrun (2000, *apud* MACHADO FILHO, 2002) acrescenta *stakeholders* ao conjunto relacionado por Freeman e ainda apresenta as oportunidades geradas nesses inter-relacionamentos, segundo o *stakeholder* envolvido. É o caso da mídia, que pode gerar cobertura favorável; ativistas, que podem reduzir o risco de boicote; e agentes reguladores, que podem gerar ações legais favoráveis.

Nesta pesquisa, adotou-se como marco teórico a corrente de estudiosos que seguem a *Teoria dos Stakeholders*. Tal posicionamento decorre de que as organizações, no atual

contexto, não podem apenas gerar lucros para seus acionistas, sem considerar os impactos decorrentes de suas atividades em todos os seus *stakeholders* e sem considerar as influências que os mesmos têm na gestão dos negócios da organização. Outro aspecto é que, no atual contexto mundial, o valor de mercado de uma organização pode variar de acordo com a forma como ela considere seus *stakeholders* no processo de tomada de decisão.

2. Contabilidade e Responsabilidade Social

Segundo a FIPECAFI (2000, p. 42), “Contabilidade é, objetivamente, um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização”.

De acordo com a FIPECAFI (2000, p. 44), “a Contabilidade é uma ciência nitidamente social quanto às suas finalidades...”. Segundo essa assertiva, sugere-se que as informações geradas pela Contabilidade se constituam um importante meio de interferência na relação entre o homem e as organizações no contexto social no qual estão inseridos, portanto deve ser conduzida a prestar informações sobre o reflexo das mutações patrimoniais a todos os que estão em seu ambiente social de atuação.

Em decorrência de novos paradigmas que têm surgido nos últimos anos nas relações entre as organizações e a sociedade, têm ocorrido algumas mudanças quanto à amplitude dos tipos de usuários que têm usado a Contabilidade para apoiar suas decisões e os tipos de informações que os usuários têm necessitado.

No entanto a amplitude de usuários a ser considerada, por uma ou outra entidade, pode ser compreendida através da *Teoria da Maximização da Riqueza dos Acionistas* e da *Teoria dos Stakeholders*. Para Hendriksen e Breda (1999, p.469), na Teoria da Contabilidade, tais teorias estão refletidas, respectivamente, na Teoria da Entidade e na Teoria Empresarial.

Segundo Hendriksen e Breda (1999), a Teoria da Entidade vê a organização com uma unidade econômica separada que funciona primordialmente em benefício dos proprietários. A visão da Teoria Empresarial considera que a organização é uma instituição social que age em nome de muitos grupos de interesse, incluindo acionistas e credores, funcionários, clientes, governo, entre outros. Esta pode ser entendida com uma teoria social da contabilidade.

Considerando que, no atual contexto, as organizações podem gerar lucros para seus proprietários e utilizar a responsabilidade social como um instrumento de balizamento dos interesses de seus *stakeholders* na busca da maximização de seus valores no mercado, a Contabilidade deverá considerar os diversos usuários sugeridos na teoria empresarial como tomadores de decisão para a elaboração de seus demonstrativos.

As organizações devem ser transparentes e evidenciar seu compromisso, portanto, com todo o meio ambiente no qual está inserida. Isto insere o termo responsabilidade social no âmbito da *Accountability*, reforçando o papel da Contabilidade em prover os mais diferentes usuários de informações plenas, justas e sem vieses e fundamentadas em transparência, ou seja, evidenciação.

Para Nakagawa (1993, p.18):

A responsabilidade (*Accountability*), como se vê, corresponde sempre à obrigação de executar algo, que decorre da autoridade delegada e ela só se quita com a prestação de contas dos resultados alcançados e mensurados pela Contabilidade. A autoridade é a base fundamental da delegação e a responsabilidade corresponde ao compromisso e obrigação de a pessoa escolhida desempenhá-lo eficientemente e eficazmente.

Dessa forma a *Accountability* é a obrigatoriedade de prestação de contas resultante das responsabilidades que decorrem da delegação de poder e o *disclosure* se constitui um elemento de fundamental importância para ela, pois possibilita que as organizações divulguem essa prestação de contas e permite ainda que a sociedade, em geral, possa participar e reivindicar melhores resultados da organização.

A *accountability*, tradicionalmente, se realiza através do fornecimento de informações apresentadas nos demonstrativos contábeis dispostos na lei 6.404/76 (Balanço Patrimonial; Demonstração do Resultado do Exercício; Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos).

Esses demonstrativos possuem enfoque predominantemente econômico-financeiro, tratando de dados sobre receitas e despesas da organização (representados na Demonstração do Resultado do Exercício) e sobre o capital empregado e o patrimônio em geral (através do Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis). As informações de cunho físico e de produtividade são consideradas apenas acessórias.

Reconhecer o papel social e a amplitude de usuários a ser considerada pela Contabilidade, quando da evidenciação e da *accountability*, requer que sejam abordados outros enfoques à Teoria da Contabilidade: ético, econômico e comportamental.

O enfoque ético, segundo Hendriksen e Breda (1999), dá ênfase aos conceitos de justiça, verdade e equidade, embora seja muito difícil definir, de maneira objetiva, o que é ser justo, verdadeiro ou não-enviesado. Estudiosos da área contábil podem apresentar diferentes idéias acerca dos conceitos.

De acordo com o enfoque ético, a informação gerada aos usuários deve possuir características de ausência de viés, fidelidade de representação e neutralidade, seja ela originária das demonstrações contábeis obrigatórias ou das facultativas. As considerações éticas envolvem amplamente toda a Contabilidade.

Sobre ética, Cohen (2003, p. 35), cita: “A ética (...) vem sendo vista como uma espécie de requisito para a sobrevivência das empresas: ninguém quer ter o destino de uma *Enron* ou de uma *WorldCom*, empurradas para a concordata, ou, o que é pior, de uma *Arthur Andersen*, varrida do mapa”.

Considerando o enfoque econômico, Hendriksen e Breda (1999, p. 26) o dividem em macroeconômico, microeconômico e social-empresarial. O enfoque macroeconômico visa explicar os efeitos da divulgação de indicadores e de atividades econômicas num nível mais amplo do que o de uma empresa. A exemplo, tem-se a implementação de políticas públicas, que, por sua vez, influencia nas relações com governo e comunidade, a partir de informações de um determinado setor econômico.

O enfoque microeconômico, de acordo com Hendriksen e Breda (1999), explica os efeitos que são produzidos na economia em decorrência de suas atividades junto ao mercado.

A abordagem social-empresarial, segundo os autores, analisa todos os efeitos gerados na sociedade pela atuação das organizações. Trata-se de um enfoque que reconhece os objetivos sociais e macroeconômicos das organizações, pois uma visão microeconômica não reconhece todos os efeitos gerados na sociedade pela atuação das organizações.

O enfoque comportamental, por sua vez, de acordo com Hendriksen e Breda (1999, p. 27), “reside na relevância da informação transmitida a responsáveis pela tomada de decisões e no comportamento de indivíduos ou grupos diversos em consequência da apresentação de informações contábeis”.

Segundo este enfoque, a organização deverá identificar seus *stakeholders* e as suas necessidades de informação, para que as informações geradas por seu sistema de contabilidade possam exercer impactos na tomada de decisão dos diversos usuários, ou seja, no comportamento frente às tomadas de decisão.

Partindo-se do enfoque social-empresarial, o sistema de informação contábil tradicionalmente utilizado se mostra insuficiente para o fornecimento de informações de cunho social que auxiliem as organizações na análise de seu desempenho social. Isso tem feito com que as organizações produzam informações complementares às dispostas nos demonstrativos tradicionais, a fim de suprir as necessidades informacionais de usuários, como clientes, fornecedores, funcionários e governo.

Para atender às finalidades de todos os usuários de informações de natureza social, além da econômica e da ambiental, operacionalizando esta nova realidade dentro das organizações, a Contabilidade encontrou, no Balanço Social, a demonstração que identifica qualitativa e quantitativamente as relações organizacionais com todos os *stakeholders* da organização.

Para Tinoco (2001, p.37), “A elaboração e a publicação do Balanço Social pelos gestores constitui-se no melhor exemplo de *Accountability*.” Isso decorre do Balanço Social ser um demonstrativo que contém informações sobre a conduta de uma organização, interesse de todos os *stakeholders* envolvidos com a mesma.

Outro demonstrativo de evidenciação aos *stakeholders* de uma organização é a Demonstração do Valor Adicionado – DVA, que se configura como informação de natureza socioeconômica que possibilita evidenciar quanto foi agregado de valor à economia, em termos monetários, e a forma como esse valor foi distribuído entre os agentes que contribuíram para a sua formação. Segundo Santos (2003, p. 16), “A DVA começa a materializar uma forma de visualização dos benefícios (malefícios) a respeito da participação das empresas de uma sociedade, principalmente no que se refere à capacidade de geração (valor adicionado) e à distribuição de riquezas”.

A ANEEL orienta a inclusão no grupo de evidenciação contábil das empresas do setor energético, unidade de análise deste estudo, do Balanço Social, segundo o modelo do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE e da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, cujos modelos e formas de elaboração são apresentados no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

3. Indicadores de Responsabilidade Social para o Setor Elétrico no Segmento de Distribuição

Além dos indicadores qualitativos e quantitativos extraídos de demonstrações como o Balanço Social e a DVA, o nível de responsabilidade social, praticada por uma organização, deve envolver a análise de indicadores que abordem aspectos relacionados aos seus valores e à sua política de gestão de seus recursos humanos, de relacionamento com seu cliente, com seus fornecedores, além da análise de indicadores ambientais.

No Brasil, o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social elaborou um conjunto de indicadores para sistematizar a análise do comportamento organizacional perante a responsabilidade social corporativa, que aborda os temas: 1) Valores e Transparência; 2) Público Interno; 3) Meio Ambiente; 4) Fornecedores; 5) Consumidores e Clientes; 6) Comunidade; e 7) Governo e Sociedade.

O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE -, em seu modelo de Balanço Social, apresenta um conjunto de informações sobre benefícios, projetos e ações

dirigidas aos empregados, à comunidade, aos consumidores, aos investidores, aos acionistas, ao governo, aos financiadores e ao meio ambiente.

Segundo Ethos (2005, p. 25), a grande vantagem do modelo IBASE são a simplicidade de preenchimento do documento e a coleta dos dados necessários no sistema de informações contábeis da empresa. Atualmente, no Brasil, este modelo é considerado base para a produção de qualquer balanço social, independentemente do formato escolhido para a evidenciação das ações da empresa para seus *stakeholders*.

O modelo de estruturação do relatório social proposto pelo Instituto Ethos se caracteriza como bem mais complexo que o modelo proposto pelo IBASE, devido a incorporar este modelo e ainda sugerir que as empresas façam um maior detalhamento do contexto em que são tomadas as decisões, dos problemas encontrados e dos resultados.

As práticas de responsabilidades social corporativa do setor elétrico, na última década, decorrem, em grande parte, da regulação da ANEEL, e da estrutura de indicadores para o acompanhamento do desempenho das distribuidoras, inclusive no âmbito da responsabilidade social, sugeridos pela Associação das Distribuidoras de Energia Elétrica - ABRADDEE. O Instituto Ethos, em parceria com a ABRADDEE, realizou uma adaptação do questionário 'Indicadores Ethos de Responsabilidade Social', para que houvesse um específico para o setor elétrico, cujo resultado é o questionário 'Indicadores Ethos-ABRADDEE de Responsabilidade Social'.

Além desses indicadores, as empresas do setor podem utilizar, de forma complementar, os Indicadores Ethos Aplicados aos Princípios do Pacto Global, além de indicadores dos sistemas de gestão relacionados às certificações, como SA 8000, ISO 14000, OHSAS 18001 e AA 1000.

Embora os Indicadores Ethos-ABRADDEE estejam entre os principais instrumentos para a avaliação do desempenho social e ambiental das distribuidoras de energia elétrica no contexto da responsabilidade social praticada nas comunidades em que atuam, os mesmos não serão utilizados neste estudo devido às restrições de publicação impostas pela ABRADDEE para as entidades.

4. Metodologia

Considerando o objetivo do estudo, a pesquisa é do tipo exploratória e busca investigar o comportamento das organizações distribuidoras de energia elétrica da região Nordeste no âmbito da responsabilidade social corporativa. Quanto aos procedimentos, a pesquisa é do tipo bibliográfica, documental e estudo de caso múltiplo, realizado a partir da análise do comportamento no âmbito da responsabilidade social corporativa de organizações distribuidoras de energia elétrica da região Nordeste, selecionadas a partir de critérios especificados adiante. Quanto à abordagem do problema, a pesquisa é do tipo qualitativa.

Para a avaliação do comportamento das organizações distribuidoras de energia elétrica da região Nordeste no âmbito da responsabilidade social corporativa, foram utilizados indicadores extraídos da análise dos demonstrativos Balanço Social - IBASE e Demonstração do Valor Adicionado - DVA, sugeridos pela ANEEL para evidenciação e gestão de responsabilidade social no setor energético. Os indicadores foram analisados, considerando-se a variação ocorrida no período em estudo, e as principais bases de cálculo para os indicadores são Folha de Pagamento Bruta, Receita Líquida, Resultado Operacional e Valor Adicionado Total.

A análise do conjunto de 10 (dez) indicadores irá apresentar para os mesmos sua taxa de crescimento no período de 2002 a 2004, utilizando-se de informações quantitativas

(monetárias) extraídas das demonstrações contábeis das entidades. Alguns dos indicadores foram sugeridos pelo Balanço Social – IBASE, e os demais foram construídos a partir de informações do mesmo relatório e da DVA. Vale destacar que, embora tenha sido considerado o período de três anos para o estudo, não foi considerado o crescimento real das taxas do período. Foram analisados os seguintes indicadores:

INDICADORES INTERNOS	<u>Indicadores Laborais</u> <i>Folha de Pagamento</i> (1)	Percentual da folha de pagamento bruta que a empresa destina aos seus empregados na forma de investimentos em alimentação, encargos sociais compulsórios, previdência privada, saúde, segurança e medicina no trabalho, educação, cultura, capacitação e desenvolvimento profissional, creche ou auxílio creche, participação nos lucros e resultados e outros. Tais elementos se configuram como salários indiretos.
	<u>Indicadores Laborais</u> <i>Receita Líquida</i> (2)	Relação entre a Receita Líquida da empresa e o valor destinado aos seus empregados, ou seja, o percentual da Receita Líquida destinada aos empregados da organização através de gastos com alimentação, encargos sociais compulsórios, previdência privada, saúde, segurança e medicina no trabalho, educação, cultura, capacitação e desenvolvimento profissional, creche ou auxílio creche, participação nos lucros e resultados e outros. Os benefícios apresentados se configuram como salário indireto.
	<u>Distribuição para Empregados</u> <i>VAT</i> (3)	Relação entre a riqueza gerada e a parcela de distribuição aos empregados.
INDICADORES EXTERNOS	<u>Indicadores Sociais Externos</u> <i>Lucro Operacional</i> (4)	Relação entre os investimentos realizados na comunidade, como educação, cultura, esporte, programas de saneamento, etc. e o lucro operacional da empresa, ou seja, quanto do lucro operacional representa o financiamento destes programas na comunidade na qual a empresa está inserida. Estão excluídos dos indicadores sociais externos os valores destinados à sociedade através de tributos.
	<u>Indicadores Sociais Externos</u> <i>Receita Líquida</i> (5)	Relação entre os investimentos realizados na comunidade, como educação, cultura, esporte, programas de saneamento, etc. e a receita líquida da empresa, ou seja, o percentual da receita líquida que foi destinada ao financiamento destes programas na comunidade na qual a empresa está inserida. Estão excluídos dos indicadores sociais externos os valores destinados à sociedade através de tributos.
	<u>Indicadores Sociais Externos</u> <i>VAT</i> (6)	Relação existente entre os investimentos realizados nas comunidades, como educação, cultura, esporte, programas de saneamento, etc e a riqueza gerada pelas empresas, ou seja, quanto representam os investimentos realizados em relação à riqueza gerada no período. Estão excluídos dos indicadores sociais externos os valores destinados à sociedade através de tributos.
	<u>Distribuição para o Governo</u> <i>VAT</i> (7)	Relação entre a riqueza gerada pela empresa e a parcela de distribuição dessa riqueza destinada aos governos federal, estadual e municipal, através de impostos, taxas e contribuições.
INDICADORES AMBIENTAIS	<u>Indicadores Ambientais</u> <i>Lucro Operacional</i> (8)	Relação entre os investimentos realizados em meio ambiente, tais como projetos relacionados à produção e à operação da empresa (tecnologias limpas, projetos de eficiência energética, educação ambiental), além de projetos externos, e o lucro operacional da empresa, ou seja, quanto representa do lucro operacional o financiamento destes programas na comunidade na qual a empresa está inserida.
	<u>Indicadores Ambientais</u> <i>Receita Líquida</i> (9)	Relação entre os investimentos realizados em meio ambiente, tais como projetos relacionados à produção e à operação da empresa (tecnologias limpas, projetos de eficiência energética, educação ambiental), além de projetos externos, e a receita líquida da empresa, ou seja, quanto, da receita líquida, foi destinada ao financiamento destes programas na comunidade na qual a empresa está inserida.

<u>Indicadores Ambientais</u> VAT (10)	Relação entre os investimentos realizados em meio ambiente, pela empresa, e sua capacidade de geração de riqueza, ou seja, compara os investimentos em meio ambiente em relação à riqueza gerada.
---	---

Quadro 2 - Indicadores de Responsabilidade Social Extraídos da DVA e do Balanço Social - modelo IBASE.
Fontes: (1), (2), (4), (5), (8) e (9) adaptados de IBASE (2005); (3), (6), (7) e (10) elaborados pelas autoras.

O suprimento de energia elétrica para os 9 Estados da região nordeste do Brasil é realizado por 11 concessionárias de distribuição de energia, apresentadas no Quadro 3.

ESTADO	DISTRIBUIDORA
ALAGOAS	Companhia Energética de Alagoas - CEAL
BAHIA	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA
CEARÁ	Companhia Energética do Ceará - COELCE
MARANHÃO	Companhia Energética do Maranhão - CEMAR
PARAÍBA	Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba - SAELPA
	Companhia Energética da Borborema - CELB
PERNAMBUCO	Companhia Energética de Pernambuco - CELPE
PIAUI	Companhia Energética do Piauí - CEPISA
RIO GRANDE DO NORTE	Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN
SERGIPE	Empresa Energética de Sergipe S/A - ENERGIPE
	Companhia Sul Sergipana de Eletricidade - SULGIPE

Quadro 3 - Distribuidoras de Energia Elétrica da Região Nordeste
Fonte: Adaptado de ABRADDEE (2004)

O conjunto considerado para a realização do estudo foi composto por 8 empresas distribuidoras de energia elétrica, por apresentarem os seguintes atributos:

- serem entidades públicas do setor elétrico, privatizadas a partir de meados da década de 90;
- serem distribuidoras de energia;
- estarem situadas na região Nordeste, com perfis geográficos, sociais e econômicos uniformes;
- possuírem mais de 400.000 consumidores;
- serem reguladas pela ANEEL e filiadas à ABRADDEE; e
- possuírem orientação expressa da ANEEL através do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico para elaborarem o Balanço Social - IBASE e DVA, além de serem avaliadas pela ABRADDEE através do Prêmio de Responsabilidade Social, anualmente.

Partindo-se das empresas constantes no Quadro 3, para a composição do conjunto de 8 empresas do estudo, excluíram-se as empresas CEPISA (Piauí) e SULGIPE (Sergipe), por não apresentarem todos os atributos especificados na definição do conjunto.

5. Resultados da Pesquisa

5.1. Indicadores Internos

a) Indicadores Laborais Folha de Pagamento

No período considerado, 5 (cinco) empresas apresentaram evolução na taxa de crescimento dos indicadores laborais em relação à folha de pagamento. Traçada uma análise

entre as empresas que apresentaram taxas crescentes para o indicador estabelecido, tem-se: 1º lugar - CEMAR (91,94%), 2º lugar - ENERGIPE (45,52%) e 3º lugar - SAELPA (5,12%).

Todas as demais empresas apresentaram uma redução no indicador para o período considerado. Tal redução, de acordo com os Balanços Sociais das empresas CELPE, COELBA, COELCE decorre de investimentos feitos em uma proporção menor ao crescimento da folha de pagamento bruta.

b) Indicadores Laborais
Receita Líquida

Apenas 3 (três) empresas apresentaram evolução neste indicador durante o período considerado. Todas as demais empresas apresentaram uma redução na taxa de crescimento do indicador, ou seja, reduziram a parcela de sua receita líquida destinada a investimentos com indicadores laborais.

Traçada uma análise entre as empresas que apresentaram taxas crescentes para o indicador estabelecido, tem-se em 1º lugar - ENERGIPE (17,50%), 2º lugar - CEMAR (7,97%) e 3º lugar - COSERN (1,75%).

Apesar da sua relevância, este indicador merece ressalva quanto à sua representatividade nas empresas em estudo. Isso decorre de que a maioria da força de trabalho é constituída de colaboradores terceirizados, ou seja, eles contribuem para o alcance dessa riqueza, porém não são beneficiados com indicadores laborais pelas empresas.

c) Distribuição do VAT para Empregados
VAT

A empresa que obteve, no período considerado, o maior crescimento no indicador apresentado foi a COSERN (47,27%). Traçada uma análise entre as três maiores taxas de crescimento para o indicador estabelecido, encontram-se em 1º lugar - COSERN (47,27%), 2º lugar - CELPE (34,59%) e 3º lugar - CEAL (1,59%).

Todas as demais empresas evidenciaram que a distribuição da riqueza aos empregados não cresceu na mesma proporção que o crescimento apresentado na geração de riqueza das empresas no período de 2002 a 2004.

5.2. Indicadores Externos

a) Indicadores Sociais Externos
Lucro Operacional

Sete empresas apresentaram evolução do indicador apresentado durante o período considerado, com destaque para a CELPE (549,85%) que apresentou o maior crescimento.

Apenas a empresa COSERN (-54,14%) apresentou redução nos investimentos com a comunidade, considerando o Lucro Operacional da empresa. Isso decorre do elevado crescimento do lucro operacional no período (126,45%) em detrimento de um crescimento de 3,78% nos investimentos em indicadores sociais externos.

b) Indicadores Sociais Externos
Receita Líquida

A empresa que obteve, no período considerado, o maior crescimento no indicador apresentado foi a COELBA (3750,91%). Traçada uma análise entre as três maiores taxas de crescimento para o indicador estabelecido, encontram-se em 1º lugar - COELBA (3750,91%), 2º lugar - CELPE (1784,99%) e 3º lugar - SAELPA (189,58%).

As elevadas taxas de crescimento apresentadas nas empresas CELPE e COELBA se justificam pela alavancagem de investimentos em projetos de educação, esporte, cultura, além de investimentos voltados para a universalização do acesso à energia elétrica. O crescimento registrado para os investimentos foi superior – CELPE (2645,13%) e COELBA (2121,44%) - ao crescimento da receita líquida – CELPE (45,64%) e COELBA (43,08%).

As empresas CEAL (-44,42%), COELCE (-41,69%) e COSERN (-16,10%) apresentaram, para o período considerado, uma redução no indicador. Isso decorre da redução dos investimentos em projetos para a comunidade, embora tenham apresentado evolução na receita líquida durante o período considerado.

c) Indicadores Sociais Externos

VAT

Traçada uma análise entre as três maiores taxas de crescimento para o indicador estabelecido, encontram-se as empresas: 1º lugar - CELPE (2697,22%), 2º lugar - COELBA (1409,84%) e 3º lugar - SAELPA (198,38%).

As empresas CEAL (-36,35%), CEMAR (-15,88%) e ENERGIPE (-5,67%) apresentaram redução no indicador estabelecido em decorrência de o crescimento nos investimentos não ter ocorrido na mesma proporcionalidade do crescimento observado na riqueza gerada das empresas. No entanto, a empresa COELCE apresentou redução no indicador em decorrência de redução dos valores absolutos dos investimentos em detrimento do crescimento da riqueza gerada no período.

A elevada taxa de crescimento, apresentada na empresa COELBA, se justifica pela alavancagem de investimentos em projetos de educação, esporte, cultura, além de investimentos voltados para a universalização do acesso à energia elétrica. O crescimento registrado para os investimentos foi superior - 2121,44% - ao crescimento da riqueza gerada - 47,13%.

No que concerne à empresa CELPE, o crescimento apresentado se justifica pelo crescimento dos investimentos em projetos voltados para a comunidade - 2645,13% - em detrimento de uma redução da riqueza gerada no período - 1,86%.

d) Distribuição do VAT para o Governo

VAT

A empresa que obteve, no período considerado, o maior crescimento no indicador apresentado foi a CELPE (110,15%). Traçada uma análise entre as três maiores taxas de crescimento para o indicador estabelecido, encontram-se as empresas: 1º lugar- CELPE (110,15%), 2º lugar - COSERN (94,29%) e 3º lugar - COELBA (30,92%).

Com exceção da CEMAR, as empresas evidenciaram que a fatia de riqueza distribuída ao governo, através de impostos, taxas e contribuições, cresceu no período de 2002 a 2004.

O crescimento da riqueza gerada distribuída ao governo evidencia o crescimento da destinação de recursos aos cofres públicos que servirão para o desenvolvimento de projetos para a área de concessão da empresa, principalmente através de recursos destinados aos cofres estaduais, como é o caso do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, imposto que, para todas as empresas, representa a maior parcela da destinação.

De acordo com dados extraídos das DVA's do ano de 2004 das empresas, verifica-se que o percentual de destinação do valor adicionado distribuído para o governo gira em torno de 50%.

5.3. Indicadores Ambientais

a) Indicadores Ambientais

Lucro Operacional

A empresa que obteve, no período considerado, o maior crescimento no indicador apresentado foi a COELCE (209,45%). Traçada uma análise entre as três maiores taxas de crescimento para o indicador estabelecido, encontram-se as empresas: 1º lugar - COELCE (209,45%), 2º lugar - ENERGIPE (149,63%) e 3º lugar - SAELPA (88,89%).

As empresas CEAL e CEMAR não apresentaram investimentos em meio ambiente, o que justifica a ausência de valor para o indicador.

Os indicadores das empresas CELPE (-65,73%) e COSERN (-36,01%) evidenciaram que os investimentos em meio ambiente cresceram, no entanto, em uma proporção menor que o crescimento do Lucro Operacional registrado durante o período de 2002 a 2004.

O indicador apresentado para a COELBA (-76,84%), no entanto, evidenciou uma redução nos valores absolutos dos investimentos em meio ambiente, em detrimento do crescimento no lucro operacional da empresa.

b) Indicadores Ambientais

Receita Líquida

A empresa que obteve, no período considerado, o maior crescimento no indicador apresentado foi a SAELPA (21,38%). Traçada uma análise entre as três maiores taxas de crescimento para o indicador estabelecido, encontram-se as empresas: 1º lugar - SAELPA (21,38%), 2º lugar - COSERN (17,14%) e 3º lugar - COELCE (8,35%).

As empresas CEAL e CEMAR não apresentaram investimentos em meio ambiente, o que justifica a ausência de valor para o indicador.

Os indicadores apresentados para as empresas COELBA (-36,75%) e ENERGIPE (-58,77%) evidenciam a redução, em valores absolutos, dos investimentos em meio ambiente em detrimento do crescimento no lucro operacional da empresa.

Os investimentos realizados em meio ambiente pela COELBA, no entanto, alcançaram, no ano de 2004, um valor duas vezes superior ao investimento realizado pela SAELPA, que a fez alcançar o crescimento apresentado.

O indicador apresentado para a empresa CELPE (-0,60%) evidenciou que os investimentos em meio ambiente cresceram, mas não de forma proporcional ao crescimento da Receita Líquida registrada no período de 2002 a 2004.

c) Indicadores Ambientais

VAT

A empresa que obteve, no período considerado, o maior crescimento no indicador apresentado foi a COSERN (68,67%). Traçada uma análise entre as três maiores taxas de crescimento para o indicador estabelecido, encontram-se as empresas: 1º lugar - COSERN (68,67%), 2º lugar - CELPE (47,43%) e 3º lugar - COELCE (26,57%).

As empresas CEAL e CEMAR não apresentaram investimentos em meio ambiente, o que justifica a ausência de valor para o indicador. Com exceção da SAELPA, as empresas apresentaram redução no indicador estabelecido.

A redução no indicador evidenciado na empresa COELBA se justifica pela redução dos investimentos em meio ambiente no período considerado, enquanto houve, no mesmo período, um crescimento da riqueza gerada. A empresa ENERGIPE, no entanto, embora tenha

apresentado crescimento nos valores investidos, o mesmo não ocorreu na mesma proporcionalidade do crescimento da riqueza gerada pela empresa.

O Quadro 4 apresenta um resumo de todos os resultados das variações apresentadas nos indicadores de responsabilidade social utilizados para a análise do comportamento das distribuidoras de energia elétrica do Nordeste, consideradas no estudo.

Distribuidora		CEAL	CEMAR	CELPE	COELBA	COSERN	COELCE	ENERGIPE	SAELPA
INDICADORES INTERNOS	<u>Indicadores Laborais</u>								
	Folha de Pagamento	2,44%	91,94%	-8,29%	-2,29%	0,14%	-1,10%	45,52%	5,12%
	<u>Indicadores Laborais</u>								
	Receita Líquida	-11,09%	7,97%	-9,86%	-16,99%	1,75%	-23,32%	17,50%	-40,81%
<u>Distribuição para os Empregados</u>									
VAT		1,59%	-14,37%	34,59%	-15,82%	47,27%	-11,79%	-17,41%	-30,05%
INDICADORES EXTERNOS	<u>Indicadores Sociais Externos</u>								
	Lucro Operacional	335,39%	439,25%	549,85%	468,58%	-54,14%	66,69%	30,41%	350,91%
	<u>Indicadores Sociais Externos</u>								
	Receita Líquida	-44,42%	4,39%	1784,99%	3750,91%	-16,10%	-41,69%	8,34%	189,75%
	<u>Indicadores Sociais Externos</u>								
VAT		-36,35%	-15,88%	2697,22%	1409,84%	20,80%	-31,80%	-5,67%	198,38%
<u>Distribuição para o Governo</u>									
VAT		22,64%	-0,36%	110,15%	30,92%	94,29%	24,58%	3,79%	25,08%
INDICADORES AMBIENTAIS	<u>Indicadores Ambientais</u>								
	Lucro Operacional	0,00%	0,00%	-65,73%	-76,84%	-36,01%	209,45%	149,63%	88,89%
	<u>Indicadores Ambientais</u>								
	Receita Líquida	0,00%	0,00%	-0,60%	-36,75%	17,14%	8,35%	-58,77%	21,38%
<u>Indicadores Ambientais</u>									
VAT		0,00%	0,00%	47,43%	-38,49%	68,67%	26,57%	-64,10%	25,00%

1ª coloc.
 2ª coloc.
 3ª coloc.

Quadro 4 - Indicadores de RS das Distribuidoras de Energia Elétrica do Nordeste
 Fonte: elaborado pelas autoras.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Considerando que as empresas buscam investir em responsabilidade social devido a pressões de mercado, dos órgãos reguladores, da sociedade, ou até mesmo como uma estratégia de gestão na busca da maximização dos lucros, os resultados evidenciam que não há ainda uma uniformidade nos critérios de investimentos em indicadores de responsabilidade social por parte delas.

Sugere-se que o tema, embora possa ser considerado através de uma ou outra postura por parte das empresas, no que tange ao investimento em responsabilidade social, passe, objetivamente, a integrar o orçamento das empresas, de forma que possam manter constantes as taxas representativas dos indicadores internos, externos e ambientais, ou ainda, os façam crescer ao longo dos anos de maneira uniforme, não privilegiando um grupo de indicadores em detrimento de outro. Como exemplo, tem-se que as empresas podem fixar um percentual anual de sua folha de pagamento para investimentos em indicadores laborais ou fixem um percentual de sua receita líquida para investimentos em indicadores externos e ambientais.

Embora o setor elétrico, em especial o segmento de distribuição da região Nordeste, seja merecedor de melhorias no âmbito da responsabilidade social praticada pelas distribuidoras e evidenciação de tais informações, pode ser considerado como um segmento no qual a regulamentação por parte da ANEEL e a atuação da ABRADDEE têm impulsionado profundas mudanças na forma de gestão da responsabilidade social praticada por essas

organizações, que, por sua vez, têm alcançado níveis de gestão no âmbito da responsabilidade social ainda não-verificáveis em outros setores da economia brasileira.

O tema em estudo não deve se esgotar neste trabalho, podendo ser aprofundado em pesquisas que tenham como objetivo medir o impacto da responsabilidade social praticada pelas distribuidoras de energia elétrica para o bem-estar da população da região Nordeste; e padronizar os demonstrativos Balanço Social - modelo IBASE e Demonstração do Valor Adicionado - DVA para o segmento de distribuição de energia elétrica, para maior e melhor comparabilidade entre os projetos e as rubricas apresentadas nos demonstrativos.

Referências Bibliográficas

ASHLEY, Patrícia de Almeida (coord.). *Ética e responsabilidade social nos negócios*. São Paulo: Saraiva, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS DISTRIBUIDORAS DE ENERGIA ELÉTRICA. Disponível em: <<http://www.abradee.org.br>>. Acesso em 11 jul. 2004.

BORENSTEIN, Carlos Raul. *A dinâmica do sistema de poder nas organizações do setor elétrico brasileiro: o caso da Eletrosul*. 1996. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

BORGER, Fernanda Gabriela. *Responsabilidade social: efeitos da atuação social na dinâmica empresarial*. 2001. 254 p. Tese (Doutorado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.

COHEN, David. *Os dilemas da ética*. Exame, São Paulo, ed. 792, ano 37, n. 10, p. 35, 14 mai. 2003.

FIPECAFI. *Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

HENDRIKSEN, Eldo S. e BREDÁ, Michael F. Van. *Teoria da contabilidade*. Tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. Disponível em: <<http://www.ibase.org.br>>. Acesso em 14 jan. 2005.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL - ETHOS. *Guia de compatibilidade de ferramentas*. Instituto Ethos: São Paulo, 2005.

MACHADO FILHO, Cláudio Antonio Pinheiro. *Responsabilidade Social Corporativa e a Criação de Valor para as Organizações: Um Estudo Multicasos*. Brasil. 2002. 204 p. Tese (Doutorado) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

NAKAGAWA, Masayuki. *Introdução à controladoria: conceitos, sistemas, implementação*. São Paulo: Atlas, 1993.

SANTOS, Ariovaldo dos. *Demonstração do valor adicionado: como elaborar e analisar a DVA*. São Paulo: Atlas, 2003.

SILVEIRA, Alexandre Di Miceli da. *Governança corporativa e estrutura de propriedade: determinantes e relação com o desempenho das empresas no Brasil*. 2004. 250 p. Tese (Doutorado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. *Balanço social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações*. São Paulo: Atlas, 2001.